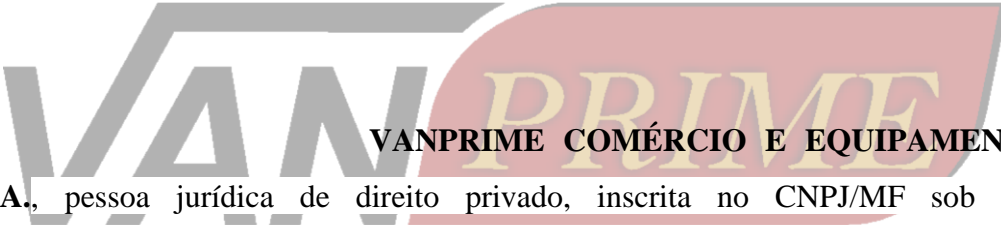


**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SECRETARIA DE  
LICITAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA  
CODEVASF – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE  
DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA/BA**

Referência: pregão eletrônico 020/2023 - SRP

Objeto: Fornecimento de Máquinas Pesadas



**VANPRIME COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS  
LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 08.601.480/0001-58, com endereço na Rua Lázaro Vieira, n. 211, Sala 03, Piso Superior, Centro, CEP 76200-000, em Iporá/GO, representada na oportunidade por sua sócia-administradora, Vanessa Soares de Faria, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o n. 865.513.291-87, vem perante Vossa Excelência, apresentar suas **CONTRARRAZÕES** ao recurso administrativo interposto por **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.**, já qualificada, pelos fatos e fundamentos que, doravante, passa a alinhar.

## **1 DA TEMPESTIVIDADE**

Inicialmente, cabe destacar que nos termos do inciso XVII do art. 4º da Lei 10.520/2002, cabe recurso administrativo no prazo de 3 (três) dias e em igual prazo os demais licitantes tem para apresentar suas contrarrrazões.

Portanto, após a notificação da contrarrazoante, esta teria até o dia 30 de outubro (hoje) para exarar seu petitório, razão pela qual o seu prazo ainda está em curso.

## 2 DO OBJETO RECURSAL

Alega a recorrente, em apertada síntese (seus pedidos), que:

- a) não apresentou os documentos de habilitação concomitantemente com a proposta antes de iniciar a sessão pública, em detrimento das regras previstas nas cláusulas 6.1, 10.1, 10.4 e 10.5, do Edital;
- b) a recorrida não possui capital social mínimo de 10% sobre o valor total ofertado, em detrimento da regra prevista na cláusula 10.5, alínea 'b', do Edital; e
- c) apresentou atestado de capacidade técnica inidôneo, “dada a simulação da venda para empresa do mesmo grupo familiar” [...];

Demais pontos, presente no recurso, são palavras soltas, a esmo, que sequer menção merecem. Pois bem.

Ocorre que, como restará demonstrado, as razões do recurso interposto pela recorrente não devem prosperar, e tem estas contrarrazões o objetivo de afastar de maneira contundente e de forma irrefutável tais assertivas, pois descabidas fática e juridicamente, destoando da realidade e tentando, a todo custo, alcançar a primeira colocação no certame.

## 3 DAS CONTRARRAZÕES FÁTICAS E JURÍDICAS

Preliminarmente é imperioso destacar que a licitação é um procedimento administrativo, composto de atos ordenados e legalmente previstos, mediante os quais a Administração Pública busca selecionar a proposta mais

vantajosa. Todavia, cada um dos seus atos deve ser conduzido em estrita conformidade com os princípios constitucionais e os parâmetros legais.

Neste sentido, elucidamos as palavras de Hely

Lopes Meirelles<sup>1</sup>:

A escolha da proposta será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Igualdade, da Publicidade, da Probidade Administrativa, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Julgamento Objetivo e dos que lhes são correlatos.

De pronto, concluímos que não há como se tentar desconstituir o resultado ocorrido, vez que foi apresentada a proposta mais vantajosa em consonância com as normas do edital e os princípios que regem a licitação. Assim, veremos pontualmente que a recorrente não apresentou a proposta mais vantajosa e, agora, pela “porta dos fundos”, tenta sagrar-se vencedora tentando desabonar a Recorrida, com argumentações impertinentes.

COMERCIO E EQUIPAMENTOS LTDA.

Ao suscitar que a decisão proferida pelo pregoeiro não se atentou para os 3 (três) pontos alinhavados no tópico 2, a recorrente incide em erro grave de conhecimento acerca dos pilares que sustentam o processo licitatório e seu escopo: a melhor compra, a mais vantajosa, assegurando-se, é claro, do cumprimento das normas editalícias e legais, bem como garantir a execução do objeto, o que, em momento algum, mostrou-se em risco.

Passamos a analisar, então, os pontos suscitados pela Recorrente de acordo com seu PEDIDO, já que, no transcorrer recursal, uma verdadeira confusão foi instalada.

**PRIMEIRAMENTE**, as informações colacionadas pela Recorrente dizem respeito ao pregão n. 006/2023 da OITAVA REGIONAL da CODEVASF, ou seja, trata-se, decerto, de um “copia e cola” que não se atentou para isso,

<sup>1</sup> In: **Licitação e contrato administrativo**. São Paulo: RT, 1990. p. 23.

vez que estamos tratando o pregão n. 020/2023, CODEVASF DF. Assim, suas colocações caem por terra, por tratar de objeto DISTINTO do aqui licitado.

Mesmo assim, em relação a sua habilitação e documentos que a comprovam, o seguinte.

A proposta, juntamente com todos documentos, nem haviam sido solicitadas pelo pregoeiro, até mesmo porque toda documentação foi enviada no momento da inclusão da proposta antes de abertura do pregão. Isso é plenamente verificável.

Dessa forma, não há sentido em tal colocação, além de que não se remete ao pregão em testilha, e sim ao 006/2023, incidindo, aqui, em erro crasso.

**EM SEGUNDO**, as informações prestadas pela Recorrida no pregão, no que tange ao capital social, ou seja, prova da qualificação econômico-financeira, sustentam sua capacidade para honrar financeiramente o objeto vencido no pregão em comento, e seu ativo e no patrimônio superam os 10% exigidos no edital como comprovação de capacidade econômico-financeira, já que a venda total daria pouco menos de R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais) – proposta inicial. Resta claro que o próprio contrato social juntado no pregão aponta capital social de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), ou seja, temos aí quase 12% (doze por cento) do valor da venda; 10% (dez por cento) seriam pouco menos de R\$900.000,00 (novecentos mil reais), valor abaixo do capital integralizado da empresa.

ADEMAIS, como dito acima – ponto 1 (PRIMEIRAMENTE), fazem franca confusão entre pregões, pois fala em itens 11, 15, 17 e 18. Esses itens nem constam do pregão em comento e, ainda por cima, a Recorrida foi vencedora nos **itens 03, 05, 07 e 08 (doc. 01)**, sendo que a proposta atualizada e solicitada pelo pregoeiro foi para somente o **item 05 (doc. 02)**. A Recorrente fala, absurdamente, em “proposta (pouco mais) de R\$11.000.000,00 (onze milhões de reais)”. Ora, a proposta inicial foi de R\$ 8.963.600,00 (oito milhões, novecentos e sessenta e três mil e seiscentos reais). Uma confusão sem tamanho.

Um ponto final na pífia argumentação da Recorrente, isso tudo aliado aos atestados de capacidade técnica já juntados que comprovam que a empresa HONRA seus compromissos, tendo total condições para tanto.

Asseveramos que consta no SICAF 5 (cinco) empenhos diferentes, todos relacionados a máquinas pesadas, ou seja, o quantitativo supera a quantidade exigida. Aqui, a prova é contundente em favor da recorrida.

Ainda sobre o balanço patrimonial, esse é um documento de contabilidade da empresa, e o seu intuito é demonstrar a situação financeira do negócio e, nesse caso, serve de consulta para que a Administração Pública faça uma avaliação de que como está de fato o patrimônio da empresa naquele período baseado nos números e índices do setor financeiro da empresa: é a conhecida qualificação econômico-financeira da empresa.

Assim, serve de apoio para a Administração Pública se respaldar de que o licitante tem a devida capacidade de cumprir o contrato de licitação, o que já ficou MAIS QUE PROVADO, aqui, na situação em pauta.

Por fim, em relação ao ponto que questiona as notas fiscais, novamente se perde em devaneios.

Primeiramente, a questão de se tratar de nota 000.000.001, não observou se tratar de SÉRIE 2, ou seja, há movimentação na expedição anterior. Ainda, não há simulação ou mesmo fraude em relação a sua emissão, que se deu APÓS o pagamento de uma empresa para outra, ou seja, após o SOLVIMENTO do valor devido, apenas isso.

A recorrida possui vários atestados de capacidade técnica recebidos de diversos negócios efetuados – COMPRA E VENDA. Porém, apenas com contratos, vez que eventuais notas fiscais são emitidas após recebimento dos valores. A

nota fiscal é o documento final com a quitação do bem pois, antes disso, sem ter o bem quitado 100%, somente há um contrato entre as partes.

Falar de máquinas em estoque beira ao ridículo. Afora fabricantes que vendem e grandes empresas com grande volume de vendas, TODO licitante não tem em estoque 100% do que propõe em licitações, AINDA mais em se tratando de registro de preços, onde temos um evento futuro e incerto (compra à frente, À CRITÉRIO da Administração, que pode pedir, total ou parcialmente, os objetos da ARP, ou mesmo não pedir NADA). Daí, comprar para estocar algo que PODERÁ ser requerido, não faz sentido algum. Ademais, existe a expedição da OF – ordem de fornecimento com prazo para entrega JUSTAMENTE para isso. A questão do pátio para comportar as máquinas sequer merece comentários, pois beira ao absurdo (a recorrida entregou RETROESCAVADEIRAS!!).

**POR FIM**, diz que não apresentou atestado de capacidade técnica idôneo. Ora, ora... fala e não prova nada!

Senhores, o atestado de capacidade técnica é o documento destinado à **comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente** e compatível com o objeto de uma licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos. Em outras palavras, **este documento servirá para que a contratante tenha conhecimento se a licitante possui qualificação técnica profissional e/ou operacional para executar o objeto indicado no edital.**

Sua finalidade é, também, a de demonstrar que a licitante **atuou no ramo pertinente ao objeto.** Assim, ele é um documento emitido após a empresa interessada entregar seus produtos, e comprova que a empresa fornecedora de materiais **cumpriu com o que foi acordado.**

Nobre pregoeiro, a recorrida comprovou CABALMENTE, com o atestado juntado, que JÁ entregou objeto similar, nos termos acima expostos. Aliás, juntamos nova documentação (outros atestados de capacidade técnica, não do objeto dessa licitação) para COMPROVAR que a Recorrida ATUA e CUMPRE os objetos, notadamente no setor de maquinário pesado, que inclusive é o OBJETO GERAL desse pregão, certo? Vejamos os **documentos n. 03 a 05**, visto que neles temos não só a comprovação da entrega do objeto vencido pela Recorrida nesse pregão – rolos compactadores, mas também de outros maquinários pesados que são, inclusive, de MAIOR valor e dimensão. Por uma lógica dedutiva, quem entrega maquinários desse quilate – retroescavadeiras, escavadeiras e empilhadeiras, entregará, por óbvio, rolos compactadores. Aqui, inclusive, além de haver a PROVA da capacidade de entrega, provou-se também que atua e vende nesse ramo, e de forma específica!! (os rolos compactadores). Tanto é verdade que a própria EBR Brasil Forte emitiu declaração nesse sentido (**doc. 06**): que recebeu “as mercadorias constantes das notas fiscais n.º 000.000.001 e 000.000.002, SÉRIE: 2, emitidas pela empresa **VANPRIME COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS LTDA.**”. Sem mais.

Alegar que houve simulação, fazendo crer que se trata de manobra dentro de grupo familiar, é acusação GRAVE que demandaria prova de quem acusa, quem faz o apontamento, em franca atenção ao art. 373 do CPC, que se aplica, numa sistemática geral e com os devidos cuidados, a todo e qualquer processo<sup>2</sup>, INCLUSIVE os administrativos. Vejamos:

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; (negritamos)

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Assim, a prova do alegado cabe a RECORRENTE, já que se trata de fato constitutivo, o que não fora feito e, **quem fala, e nada prova, nada fala**, o

<sup>2</sup> DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS

[...]

Art. 15. Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.



que é tanto verdade que no item 13 de sua malfadada peça recursal usa a expressão “em tese”. Acusação grave, inclusive, já que usa a expressão “simulação”.

Quanto a alegação de “empresa de fachada”, a mesma tem endereço sim no local informado, não se atendendo a Recorrente em observar que se tratar de PRÉDIO COMERCIAL com piso superior e, nesse pavimento superior está instalada a empresa recorrida, especificamente na sala 03. De fato, no piso inferior, há referida contabilidade, a qual, inclusive, como locadora, emitiu a declaração anexada (**doc. 07**). Apenas isso, e nada mais.

Lembramos à Recorrente que a licitação não é um concurso de monografias ou textos, onde o mais “bonitinho e organizado” vence. É um processo onde a Administração Pública busca, dentro da lei, fazer a melhor (mais vantajosa, no sentido preço e qualidade) aquisição de bens/serviços. Apenas isso! Ou seja, fazer a melhor compra/contratação e ECONOMIZAR (ou aplicar da melhor forma) o dinheiro público. Isso está acontecendo, aqui.

Para fins de conhecimento, fazemos juntar, na oportunidade, cópia da decisão (**doc. 08**) do pregoeiro (pregão sob o edital n. 09/2023 – 6ª Superintendência Regional da CODEVASF) sobre recurso similar a essa, com muitas alegações idênticas, onde TODAS foram refutadas, e mantida a decisão da comissão licitante.

## DOS PEDIDOS

Conforme os fatos e argumentos apresentados nesta peça, solicitamos como lúdima justiça que:

- 1) o recebimento dessas contrarrazões;
- 2) seja mantida a decisão exarada pelo Pregoeiro, mantando habilitada e vencedora a Recorrida, pelos motivos aqui lançados e, ato seguinte, que a peça recursal da recorrente seja INDEFERIDA INTEGRALMENTE, pelas razões e fundamentos expostos; e



3) caso opte por não manter sua decisão, inabilitando a recorrida que, com fulcro no art. 9º da Lei n. 10.520/2002 C/C art. 109, III, §4º, da Lei n. 8.666/93, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição previsto na CF/88, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

Termos em que,  
Pede deferimento

Iporá/GO, 30 de outubro de 2023

**VANPRIME COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS LTDA.**  
CNPJ/MF n. 08.601.480/0001-58

A large, faint, semi-transparent version of the VANPRIME logo is visible in the background of this section.

COMERCIO E EQUIPAMENTOS LTDA.